

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, para Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem a finalidade de lucros e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento estão relacionadas à vida útil do imobilizado e intangível.

2.2 Reapresentação das demonstrações contábeis relativo ao saldo de abertura

Em 2024, após um amplo processo de conciliação das contas contábeis da Fundação, foram identificados valores relacionados a períodos anteriores, no montante total de R\$ 129. Em função disto, os valores originais das contas patrimoniais e de resultado sofreram alterações nos valores finais, onde os efeitos da reapresentação estão demonstrados a seguir, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a NBC ITG 2002 (R1) – Entidade sem a finalidade de lucros, a NBC TG 23 (R2) – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro e a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

Abaixo demonstramos as demonstrações base 2023 reapresentadas:

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado

Ativo	2023 (Original)	Ajustes	2023 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	27	(7)	20
Contas a receber de clientes (Nota 5)	100	(15)	85
Outros créditos	34	-	34
	161	(22)	139
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	23	-	23
Intangível (Nota 6)	100	-	100
	123	-	123
Total do ativo	284	(22)	262

Passivo e patrimônio líquido	2023 (Original)	Ajuste	2023 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores (Nota 7)	1.323	146	1.469
Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)	507	(165)	342
Parcelamento de impostos (Nota 8.1)	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	1.854	(260)	1.594
Receitas diferidas (Nota 2.11)	2212	-	221
	3.905	(279)	3.626
Não circulante			
Provisões para contingências (Nota 10)	569	-	569
Obrigações sociais e trabalhistas	804	121	925
Parcelamento de impostos (Nota 8.1)	-	7	7
	1.373	128	1.501
Total do passivo	5.283	(151)	5.121
Patrimônio líquido (Nota 11)			
Patrimônio social	(4.994)	129	(4.863)
Total do passivo e patrimônio líquido	284	(22)	262

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado

	2023 (Original)	Ajuste	2023 (Reapresentado)
Receita líquida (Nota 12)	5.843	-	5.843
Custos dos serviços prestados (Nota 14)	(2.694)	-	(2.694)
Resultado Bruto	3.149	-	3.149
Despesas operacionais (Nota 14)			
Despesas administrativas	(3.938)	(109)	(4.047)
Despesas comerciais	(113)	-	(113)
Outras despesas operacionais	(871)	-	(871)
Resultado Operacional	(1.774)	(109)	(1.882)
Resultado financeiro (Nota 15)	(187)	-	(187)
Receitas financeiras	1	-	1
Despesas financeiras	(188)	-	(188)
Déficit do período	(1.961)	(109)	(2.069)

Demonstração das mutações do patrimônio social em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado

	<u>2023</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2023</u>
	<u>(Original)</u>		<u>(Reapresentado)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(3.033)</u>	<u>237</u>	<u>(2.796)</u>
Déficit do exercício	(1.961)	(109)	(2.069)
Transferência para patrimônio social			-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(4.994)</u>	<u>129</u>	<u>(4.865)</u>

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado

	<u>2023</u>	<u>Ajustes</u>	<u>2023</u>
	<u>(Original)</u>		<u>(Reapresentado)</u>
Déficit do exercício	(1.961)	(109)	(2.069)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Ajustes de exercícios anteriores			
Depreciação	-	-	-
Amortização	79	-	79
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	569	-	569
Provisão de perda de estoque	117	-	117
	<u>(1.196)</u>	<u>(109)</u>	<u>(1.304)</u>
Variações nos ativos (Redução)/Aumento			
Contas a receber	19	-	19
Outros créditos	12	(2)	10
Depósitos judiciais	(23)	-	(23)
		-	
Variações nos passivos Redução/(Aumento)			
Fornecedores	309	108	417
Impostos e contribuições a recolher	90	-	90
Salários, férias e encargos sociais	734	-	734
Receitas diferidas	68	-	68
Outras contas a pagar	(1)	-	(1)
Caixa equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais	<u>12</u>	<u>(2)</u>	<u>10</u>
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>12</u>	<u>(2)</u>	<u>10</u>
Caixa equivalentes de caixa			
No início do exercício	15	(5)	10
No final do exercício	27	(7)	20
Aumento de caixa equivalentes de caixa	<u>12</u>	<u>(2)</u>	<u>10</u>

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit (déficit) do período.

2.5 Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas.

A Entidade não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

2.6 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, que se assemelha ao valor faturado. A provisão para créditos de realização duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.7 Estoques

Representados por livros e apostilas, são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

2.8 Outros créditos

Referem-se a adiantamentos de férias e a fornecedores e são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros – conforme prazo do contrato de aluguel
- Equipamentos de informática – cinco anos
- Móveis e utensílios – dez anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.10 Intangível

Refere-se ao custo de desenvolvimento e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de cinco a dez anos, que é a melhor estimativa da vida útil.

2.11 Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.12 Receita diferida

Refere-se à receita de afiliados e patrocínios, que já foi recebida financeiramente e será apropriada mensalmente de acordo com a sua anuidade ou período de contrato de patrocínio.

2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.14 Demais passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.15 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Contingências passivas – são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.16 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada período.

2.17 Apuração do (déficit)/ superávit

As receitas de contribuições de instituidores e mantenedores são reconhecidas no resultado durante o prazo de vigência da filiação (geralmente um ano); os patrocínios são reconhecidos individualmente por evento realizado; a receita de cursos e treinamentos é reconhecida no período em que são ministrados; e as taxas de candidatura ao reconhecimento “Melhores em Gestão” são reconhecidas como receita quando recebidas.

As demais receitas e despesas são reconhecidas conforme o período de competência.

2.18 Apresentação do valor justo do trabalho voluntário

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, apresentado na demonstração do resultado do exercício como receita e despesa.

3 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	196	20
Contas a receber	<u>64</u>	<u>85</u>
	<u>260</u>	<u>105</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	<u>1.181</u>	<u>1.469</u>
	<u>1.181</u>	<u>1.469</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
Conta corrente	196	19
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>196</u>	<u>20</u>

5 Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
Cursos e treinamentos de qualificação	15	85
Projetos	<u>49</u>	<u>-</u>
	<u>64</u>	<u>85</u>

6 Intangível

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Líquido</u>
			<u>Líquido</u>
<i>Software</i>	668	(668)	-
<i>Licenças de uso</i>	76	(76)	-
<i>Marcas e patentes</i>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
	<u>760</u>	<u>(744)</u>	<u>15</u>
			<u>100</u>

Taxas anuais
de
amortização -
%

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2022	<u>179</u>
Amortização	(79)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>100</u>
Amortização	(85)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>15</u>

Anualmente, a Fundação testa eventuais perdas (*impairment*) no intangível, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores de perdas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

7 Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
Consultorias contratadas para os cursos e treinamentos de qualificação	668	968
Serviços de terceiros	419	322
Benefícios a empregados	65	155
Ocupação e manutenção	2	12
Viagem e estadas	27	10
	<u>1.181</u>	<u>1.467</u>

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$840 encontra-se em atraso. Esses valores estão registrados pelo valor original, ou seja, não contemplam eventuais acréscimos legais decorrentes de atualização monetária, multa e juros.

8 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (Reapresentado)
IRRF sobre serviços terceiros	4	18
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços terceiros	13	56
COFINS a recolher	-	28
ISS a recolher	102	240
	<u>119</u>	<u>342</u>

Em 31 de dezembro de 2024, parte desses valores encontra-se em atraso e demonstrados pelo seu valor original:

- IRRF sobre serviços de terceiros: R\$2 mil
- Contribuições Sociais Retidas na Fonte: R\$7 mil
- ISS a recolher: R\$74 mil

8.1 Impostos e contribuições parcelados

	2024	2023 (Reapresentado)
Impostos Federais Parcelados	622	7
Impostos Municipais Parcelados	252	-
	874	7

	2024	2023 (Reapresentado)
Passivo circulante	365	-
Passivo não circulante	509	7
	874	7

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023 (Reapresentado)
FGTS a recolher	169	107
INSS a recolher	118	385
IRRF a recolher	78	304
PIS a recolher	4	21
Provisão de férias	238	243
Salários a pagar	468	487
Outras obrigações	47	47
	1.122	1.594

Em 31 de dezembro de 2024, parte desses valores encontra-se em atraso e demonstrados pelo seu valor original:

- FGTS a recolher: R\$158 mil
- INSS a recolher: R\$58 mil
- IRRF a recolher: R\$37 mil
- PIS a recolher: R\$2 mil

10 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação possuía ações envolvendo risco de perda classificado pela administração como provável no montante de R\$ 569 mil, as quais foram integralmente provisionadas.

NATUREZA	2024	2023 (Reapresentado)
Cível	192	192
Trabalhista	377	377
TOTAL	569	569

A Fundação não possuía ações, envolvendo risco de perda classificado pela administração como possível, bem como não possui outras informações a serem divulgadas.

11 Patrimônio Social

O estatuto social prevê que em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio será incorporado ao patrimônio de outras fundações congêneres, idôneas, dotadas de personalidade jurídica, ou, ainda, de associações, sem fins lucrativos, dedicadas a atividades de fomento e apoio à qualidade na gestão organizacional, observando-se as normas legais aplicáveis, e desde que tais fundações ou associações sem fins lucrativos atendam aos requisitos da Lei nº 9.790/99, bem como sejam atendidos todos os compromissos pendentes, inclusive as doações condicionadas porventura existentes, ouvido o Ministério Público. O superávit do período, quando gerado, será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Fundação, e o déficit do período, quando gerado, será integralmente incorporado ao patrimônio social.

12 Receita líquida

	2024	2023 (Reapresentado)
Cursos e treinamentos de qualificação	825	5.609
Contribuição de instituidores e mantenedores	395	319
Patrocínios	7	173
Publicações e periódicos	-	21
Projetos	6.222	-
Outras receitas	3	-
	<u>(348)</u>	<u>(279)</u>
Tributos incidentes sobre a receita		
	<u>7.104</u>	<u>5.843</u>

13 Custo e despesas por natureza

	2024	2023
Custos dos serviços prestados		(Reapresentado)
Prestadores de serviços – Auto avaliação assistida	(2.810)	(1.936)
Prestadores de serviços – Programa excelência da gestão de custos	-	(648)
Outros custos	(91)	(110)
	(2.901)	(2.694)
Despesas administrativas	(3.917)	(4.047)
<i>Despesas com pessoal</i>		
Salários	(1.105)	(1.303)
Férias	(168)	(174)
13º salário	(110)	(160)
Encargos sociais	(402)	(563)
PIS sobre folha de pagamento	(11)	(14)
Plano de saúde	(332)	(418)
Treinamentos	(89)	(186)
Vale refeição	(52)	(74)
Outros gastos com pessoal	(114)	(45)
	(2.383)	(2.937)
<i>Serviços de terceiros</i>		
Informática e serviços de Internet	(360)	(430)
Serviços técnicos especializados	(1.087)	(508)
Eventos	(56)	(87)
Editoração, gráficas e cópias	(21)	-
Outras despesas	(10)	(85)
	(1.534)	(1.110)
<i>Despesas comerciais</i>		
Propaganda e publicidade	(1)	(113)
	(1)	(113)
<i>Outras despesas operacionais</i>		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	(569)
Provisão de obsolescência de estoque	-	(114)
Amortização	(85)	(79)
Locações de sala e equipamentos	(3)	(25)
Despesas operacionais diversas	(204)	(84)
	(293)	(871)
Total	(7.112)	(7.616)

14 Resultado financeiro

	2024	2023
		(Reapresentado)
Receita financeira	2	1
Rendimento de aplicação financeira	2	1
 Despesas financeiras	 (64)	 (188)
Multas e juros	(42)	(160)
Descontos concedidos	(4)	(12)
Tarifas bancárias	(18)	(16)
	(62)	(187)

16 Remuneração do pessoal-chave da administração

A Fundação não remunera, a qualquer título, seus dirigentes, nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus associados.

Em relação ao administrador remunerado, denominado Presidente Executivo, a remuneração incluindo encargos trabalhistas, foi de R\$846 (R\$ 852 em 2023).

17 Informações tributárias

(a) As declarações de renda estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

(b) Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídos e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Fundação enquadra-se no conceito de pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção quanto ao recolhimento do imposto de renda. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações formais estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 (alterado pela Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998), pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a entidade.

Em relação à contribuição social, a Fundação entende ter isenção da contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. Durante o exercício de 2017 e, para atender as orientações da norma ITG 2002, a administração da Fundação avaliou a mensuração e divulgação de valores de renúncia fiscal e que a isenção da contribuição social propicia à Fundação, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes da contribuição social ao resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade ou do superávit apurado, destacamos o seguinte: (i) Programa de Integração Social (PIS) contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; (ii) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pagamento integral das contribuições devidas; (iii) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - 5% incidente sobre a venda de cursos e treinamentos de qualificação; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% incidente sobre as receitas de patrocínio, cursos e treinamentos de qualificação, publicações e periódicos, taxa de participação do Prêmio Nacional da Qualidade e outras receitas decorrentes das operações contra prestacional.

* * *